

A Real Tapada d'Ajuda, da Lisboa de outras eras e regime sociopolítico: a Monarquia, já não agrária ou afonsina, mas brigantina ou de Bragança, não tem sido objecto de estudo e investigação sistemática e aprofundada por parte de investigadores e cronistas, nem sequer de agrónomos, silvicultores, veterinários ou ambientalistas, com maior ou menor preocupação económico-agrária e social. Por isso se justifica, em período comemorativo de 150 anos de criação do ensino superior agrícola em Portugal, e mais tarde na Tapada da Ajuda⁽¹⁾, uma palavra de memória, de recordação... pois, como Alguém escreveu, "as gentes que não têm memória morrem de frio"⁽²⁾.

EM TEMPOS DA REAL TAPADA DA AJUDA

POR MARIA LUÍSA MERCÊS DE MELLO DE ALARCÃO-E-SILVA

Primórdios do ensino superior agrícola

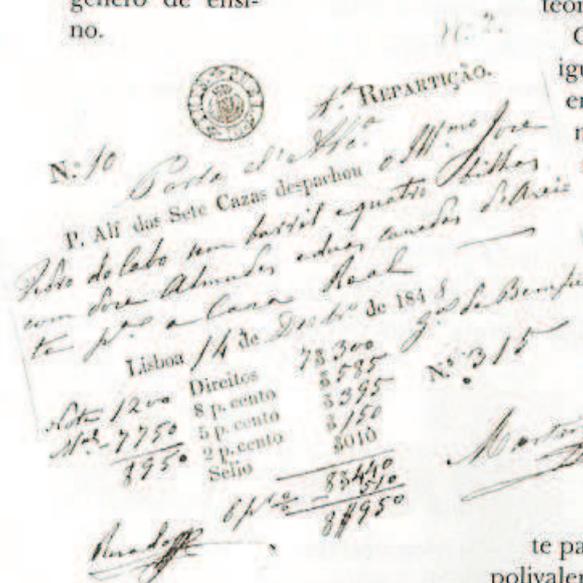
Comemora-se em 2002 a criação do Ensino Agrícola em Portugal. Foi, com efeito, pelo decreto de 16 de Dezembro de 1852, promulgado no reinado de D. Maria II, "A Educadora" (1834-53), sendo ministro da coroa António Maria Fontes Pereira de Mello, titular da pasta das Obras Públicas, Comércio e Indústria, por onde corriam os "negócios" ou assuntos públicos relativos à Agricultura, que se deu início a este género de ensino.

Dos três graus estabelecidos pela lei de 1852, o terceiro: "Ensino superior ou científico", destinava-se principalmente a agrónomos e era professado no **Instituto Agrícola de Lisboa**, sediado na "Cruz do Taboado", ocupando um antigo e apalaçado edifício, a que se juntaria mais tarde a pequena quinta "da Bemposta", situada a cerca de um quilómetro. Cedida temporariamente pela Casa Real, destinava-se à realização, ainda que em pequena escala, de demonstrações práticas inerentes aos conhecimentos teóricos ministrados.

O Instituto Agrícola passaria igualmente a albergar (1855) o ensino da Veterinária, este mais antigo (1830), até então ministrado na Escola Veterinária Militar do Salitre, não longe dali. Com a nova reforma do ministro João Crisóstomo de Abreu e Sousa, a escola superior passaria a designar-se **Instituto Geral de Agricultura** (1864). A quinta da Bemposta manifestava-se, porém, já insuficiente para o ensino prático eficaz e polivalente, pelo que, ouvido o pa-

recer de lentes do Instituto, foi escolhida com essa finalidade a Granja do Marquês de Pombal (1862), nas imediações de Sintra, ainda que a escolha tivesse suscitado alguma controvérsia.

Finalmente, em 1886, novo decreto viria a reformular o ensino agrícola, tornando-o "mais produtivo e utilitário", e introduzindo consideráveis melhorias sobretudo no chamado ensino superior. Não podendo olvidar-se a influência decisiva que no facto tiveram o ministro Emygdio Navarro, que referendou o decreto, e o director geral de agricultura, conselheiro Elvino de Brito, que se empenhou na sua execução, é obrigatório referir o nome de Ferreira Lapa, director do Instituto Geral de Agricultura durante bastantes anos (1877-1892). Através de seus **discursos inaugurais** que proferia na abertura das aulas do Instituto - e se acham publicados pela Academia Real das Ciências e/ou Imprensa Nacional - à qual vinham assistir influentes personalidades da época, como em outras ocasiões, por escritos e conferências públicas, o Professor sempre apresentava "as suas largas vistas" sobre a orientação a dar ao ensino técnico da agricultura para o tornar mais



útil e eficaz. Por isso, Cincinnato da Costa escreve, ao referir-se a esse decreto de 1886, que “ele [Ferreira Lapa] foi o precursor de facto, se não o verdadeiro inspirador da lei” (Cincinnato da Costa, 1892).

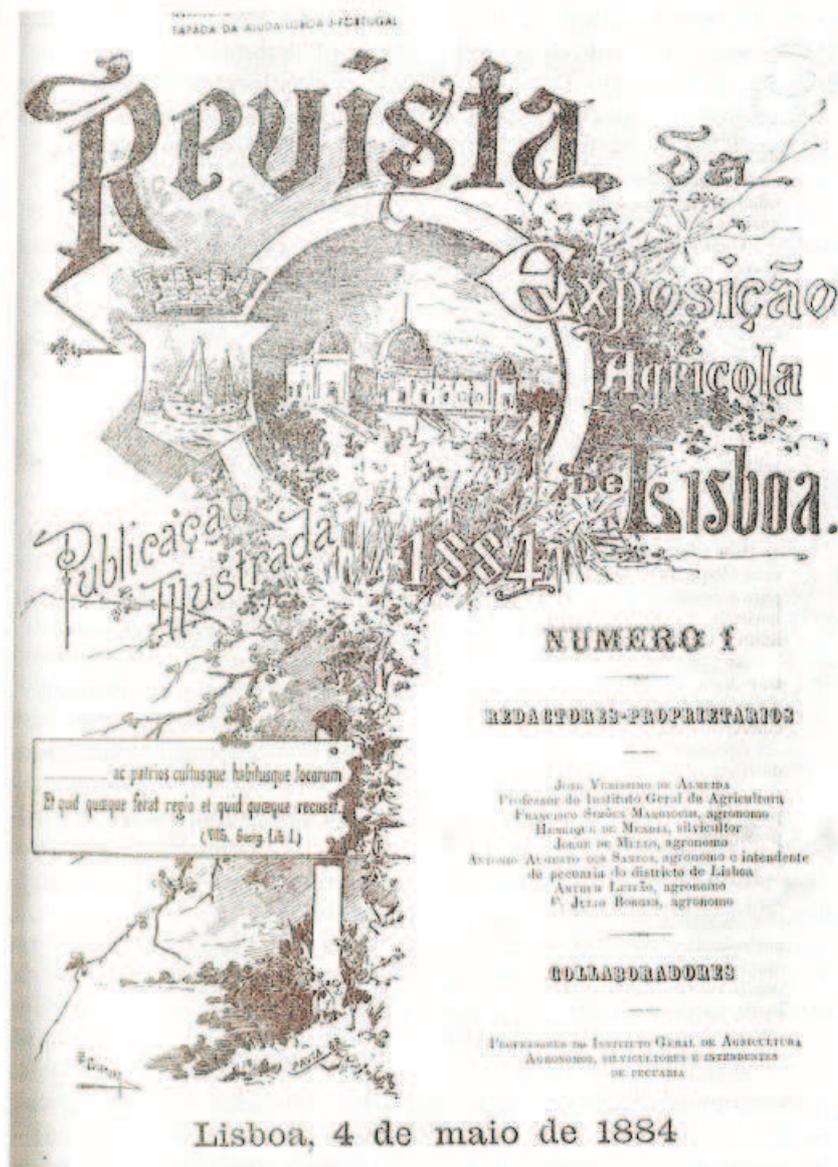
O Instituto denominava-se agora **Instituto de Agronomia e Veterinária** e a sua organização passaria ainda por outras reformas, até que, já durante a República, as duas secções, agronómica e veterinária, se separaram. Esta última originou a Escola de Medicina Veterinária, que permaneceu no mesmo velho edifício da Cruz do Taboado, a primeira o **Instituto Superior de Agronomia**, para o qual se construiu um edifício próprio, na **Tapada da Ajuda**, por determinação do Ministro do Fomento no Governo Provisório, Manuel de Brito Camacho, em 1911.

Numa altura em que ocorrem iniciativas para assinalar século e meio da criação do Ensino Superior Agrícola em Portugal, parece pois oportuno recordar, ou eventualmente trazer à luz do dia, informação relativa a esse local, onde, desde 1917, está sediado o Instituto Superior de Agronomia: a Tapada da Ajuda.

“Casas e quintas aonde costumam vir recrear-se as Magestades”...

Outrora Real Tapada de Alcântara e mais tarde Real Tapada d’Ajuda, em razão dos seus pergaminhos de propriedade real, não iremos referir aqui a sua história. Uma história que, em grande parte, ainda estará por fazer... e merece ser contada. Referindo apenas, de forma bem sumária, o que sobre a sua origem e constituição nos revela o “**Tombo da Real Tapada d’Ajuda**” e outros documentos conexos, apresentam-se sobretudo certos aspectos curiosos e menos conhecidos, ou divulgados, da sua Administração e Contabilidade enquanto Tapada Real.

Elaborado por uma Comissão criada em 1843 e que ficou conhecida como “Comissão do Tombo dos Bens da Coroa”, o *Tombo da Real Tapada d’Ajuda* (Lisboa, 1849) começa por situar a real propriedade “na



extremidade de uma das ramificações da serra de Monsanto, em terreno muito acidentado, que se deprime muito rapidamente de norte para o sul, até se banhar nas águas do Tejo, abaixo da foz da ribeira de Alcântara, sendo a sua maior elevação o alto da Casa Branca(...)”. Menciona em seguida as primeiras funções do parque, “obra d’El Rei o Senhor Dom João 4º, logo nos primeiros anos da Restauração”, as quais eram “o exercício e recreio das caçadas Reaes”, para depois se referir à sua estrutura ou composição. Informa que, em troca de certas terras “de quarto” confinantes com a Tapada e nela anexadas, se concedem outras pertencentes à Coroa, sendo os proprietários das primeiras, por mando de el-rei, “vantajosamente indenizados”. A

estes e outros aspectos se referem “muito circunstanciadamente” a Escritura Régia de 13 de Julho de 1645 e o Alvará de 21 de Junho do ano anterior, que a mandou celebrar. Documentos ambos de muito interesse para a história desta Tapada que “fiz junto à minha Quinta d’Alcântara”, no coevo dizer de El-Rei.

Na Quinta a que D. João IV se referia integrava-se o Paço d’Alcântara (ou mais propriamente do Calvário, por ter sido edificado nessa zona) que, pelo lado norte, confrontava e/ou incluía algumas das terras que depois passaram a fazer parte da Tapada. Serviu de habitação a Filipe III de Espanha (II de Portugal) e posteriormente a outros reis portugueses e seus parentes, como também a alguns nobres servidores

de S. Magestade. A história desta Quinta, nomeadamente da sua Administração – dita do Almojarifado do Calvário – que foi própria e independente da Administração da Real Tapada, bem como a do Real Paço das Necessidades, não muito distante, relacionam-se contudo com aquela em muitos aspectos. Verifica-se terem existido

de Média e Moderna se enquadraria nas superiores artes de cavalaria – desempenhando uma função pedagógica de preparação para a guerra –, viria a constituir posteriormente mais uma oportunidade de lazer e divertimento. Admite-se, embora seja difícil comprová-lo, que à mesma Tapada terá antes correspondido, total ou parcialmente, a **Coutada d'Alcantara**, de que documentos datados de 1637 e referidos por Baeta Neves, Professor catedrático que

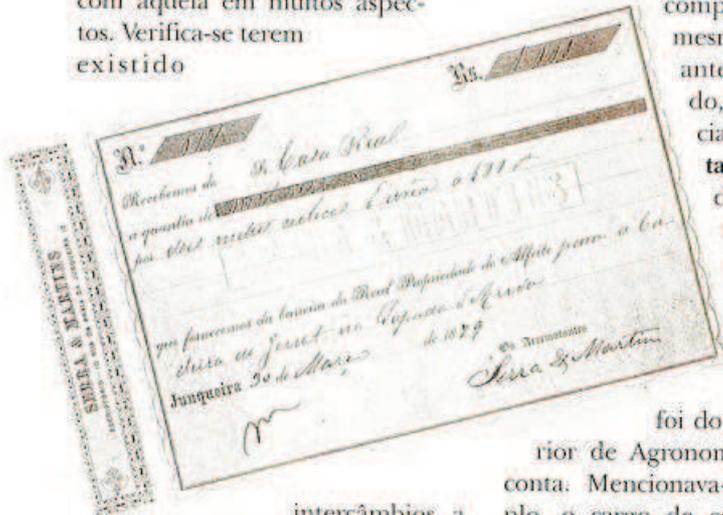
directamente interessados, que a mesma seja dada de empreitada, o que é autorizado pela Vedoria. Dois meses depois, já esta é informada da conclusão das referidas obras e da sua inspecção, acrescentando-se que embora a quantidade de água agora conseguida possa, no fim do verão, ficar reduzida a metade, “que d'antes se perdia absolutamente, valerá o quintuplo da despesa, que se fez com esta obra (...)”. Investimentos reprodutivos a valorizar a(s) propriedade(s) e a permitir diversificar a exploração, as culturas, o seu aproveitamento e benfeitorização paisagística e ambiental.

Do trabalho na agricultura...

O milhar de “Folhas (mensais) da receita e despesa” da Real Tapada d'Ajuda permite conhecer as mais significativas rubricas das despesas e das receitas da sua exploração.

Numa agricultura tradicional em que adubos, sementes melhoradas, plantas de viveiros, fitofármacos, “*tourteaux*” alimentares para o gado, máquinas e motores agrícolas e outros instrumentos e “factores de produção” ainda não tinham chegado, em meados do séc. XIX, aos campos portugueses, mesmo reais e lisboetas, não surpreende que seja o *Trabalho* a parcela mais significativa: geralmente mais de 50 %, quase 60 % por vezes, dos “encargos reais”, i.e., das despesas efectivas da régia propriedade e exploração.

“Pessoal permanente – Empregados”, vencendo ao mês (mas em função do número de dias do mês), desde o zeloso e dedicado administrador José Pedro do Cabo (1856: 30 mil reis²) ao posterior almojarife Feliciano José dos Reis (no final do séc.: 50 000 reis mensais), coadjuvado por vezes por ajudante da Administração (1856: 14\$400) e por apontador de folhas de ponto, trabalhos, despesas e receitas (12\$000), por porteiros e guardas (7\$200) e, sobretudo, por “abegões”/boieiros e carroceiros (7 a 9\$000), moços ou pastores de vacas, de ovelhas e de porcos, eram as mais significantes profissões deste



intercâmbios a nível de produtos e/ou negócios, sobretudo quando anos mais tarde, extinta ou diminuída a função da caça, se deu início ao desenvolvimento cultural das terras da Tapada. Como nos revela, por exemplo, o documento em que se lê: “Conta da palha que da colheita da Real Tapada d'Ajuda n'este corrente anno forneci para os bois da Real Quinta do Calvário em Setembro de 1855”, e muitos outros.

“Casas e quintas aonde costumam vir recrear-se as Magestades”, assim se lhes refere um Autor em 1721 (Soledade, 1721, citado por Freitas, 1946), evocando naturalmente a função inicial da Tapada que, atendendo à importância do local onde se situava, fora chamada **Tapada d'Alcantara**. Com efeito, o sítio, fora de portas da cidade de Lisboa, constituía então um dos acessos à cidade e “porta” de entrada de produtos agrários e demais, procedendo-se na “Alfândega das Sete Casas”, na ponte de Alcântara, à cobrança dos direitos reais de sua entrada.

Encontram-se algumas referências, nomeadamente em correspondência epistolar no 2º quartel do séc. XVIII, a esse real desporto cinegético que, se em tempos de Ida-

foi do Instituto Superior de Agronomia, nos deram conta. Mencionava-se, por exemplo, o cargo de couteiro-mor da mesma Coutada d'Alcantara, atribuído a D. Álvaro Pires de Castro, 6º Conde de Monsanto e 1º Marquês de Cascais.

Refere-se também o Tombo da Real Tapada d'Ajuda, nessa data de 1849, a antigos e novos aquedutos (e suas “claraboyas”) com origem na propriedade mas seguindo diferentes direcções (Calvário, Santo Amaro, Junqueira, Rio Seco, etc.), ao aproveitamento das águas que se perdiam e à exploração de novos mananciais que, através de obras de encanamento, permitiu a formação de 16 “penas”³ de água. A propósito, é curioso referir a correspondência trocada entre a Comissão do Tombo dos Bens da Coroa e a Vedoria da Casa Real no sentido de obviar às grandes perdas de água que se verificavam por falta de encanamento “das minas que do alto da Real Tapada d'Ajuda se dirigem para a Real Quinta do Calvário”, onde se praticava uma agricultura bastante mais intensiva, hortofrutícola, nomeadamente de “primores” e citrinos, para abastecer as Ucharias das Reais Quintas do Calvário, Paço das Necessidades, Belém, Cascais, ou mesmo Sintra e Queluz. Apresenta-se a sugestão, face ao orçamento da obra por trabalhadores

estrato de trabalhadores permanentes e representavam de 15 a 23 % dos custos da agricultura da Real Tapada.

Trabalhadores assalariados ao dia, vencendo "jornas", os homens inicialmente de 200 a 360 reis e para o final do século XIX já ao nível dos 500 ou mesmo 700 reis nas árduas tarefas da ceifa do feno, do faval ou, sobretudo, das searas, as mulheres 120 a 200 reis, uns e outras em múltiplas tarefas agrícolas comuns, ou trabalhadores mais especializados: podadores, enxertadores, tosquiadores, carvoeiros¹¹, representavam outro tanto ou mesmo algo mais, quase 30% dos custos totais da exploração agrosilvopastoril – são centenas, milhares, frequentemente ultrapassando a dezena de milhares de jornais anuais, com seus dias de trabalho ao longo dos meses, seus nomes e salários, que se encontram registados no decurso da história da régia administração da Tapada d'Ajuda.

Mas também algumas dessas e outras tarefas (abertura de covas para árvores, sachas do milho, mondas do trigo, ceifa do feno e searas, condução do pisoteio das espigas nas eiras, substituída posteriormente pelos encarregados de máquinas fixas de debulha, e também varejo e apanha da azeitona) eram, por vezes, para facilidade e rapidez de execução e eventual economia de meios, atribuídas a "empreitadas".

Foi particularmente o caso da benfeitorização dos terrenos da Tapada pela abertura, (re)construção de minas de águas tão abundantes nas faldas da serra de Monsanto, e sua condução/encanamento para as partes baixas e mais férteis, já vizinhas dos terrenos cultivados e sobretudo hortas e pomares odoríferos da Real Quinta do Calvário. Esta seria vendida e os terrenos entregues à Câmara Municipal de Belém¹² em 1876, vindo os seus arruamentos a converterem-se no esquadriado das ruas de Alcântara, 1º de Maio, dos Lusíadas, calçada da Tapada, e suas perpendiculars.

Profissões como calceteiro de arruamentos, valetas e instalações pecuárias, ou pedreiro, carpinteiro

de casas e de móveis e de carros de bois ou muares, vidraceiro, pintor, estucador, ferreiro, serralheiro, funileiro, ferrador, tanoeiro, cordoeiro, correeiro, colchoeiro, palheiro, seleiro em tempos de criação de solfpedes e trabalho animal, facultam centenas, milhares de facturas/recibos em que se confundem, por vezes, salários e materiais incorporados, pagos ou ressarcidos à peça no preço da operação.

...a outros factores de produção

A essas despesas vêm juntar-se também os factores tradicionais da produção agropecuária conseguida na própria exploração ou adquirida a terceiros: a agricultores, comerciantes, ou em feiras/mercados locais ou de relativa vizinhança (Benfica, Cazellas, Outorela, Porcalhota, Campo Grande, Lumiar, Sacavém, etc.): aveia, cevada, milho, farrinhas, farelo, sêneas grossa e fina, moíinha, fava, erva ou "verde", nabos, anafa, luzerna, trevo encarnado, ervilhaca, serradela, outras ferragens, milho verde ou "em rama", fenos, palhas de cevada, trigo e milho, essenciais para a manutenção e criação de efectivos pecuários e inicialmente muito significativos como complemento da pastorícia e exploração do gado grosso (mais de 20 bovinos de sogá, debulha e leite) e miúdo (mais de 200 ovinos indígenas, ingleses e mistos) da Tapada – gado grosso que cirandava, aliás, entre as Reais Tapadas d'Ajuda e de Mafra, ou a serra de Cíntra, à procura de outras ervagens e mais frescas paisagens no pino do Verão... ou facultando leite a SS. Altezas e SS. Senhorias em suas vilegiaturas estivais.

Mas os gados, para além dos produtos próprios da sua espécie (carne, leite, crias), também prestavam serviços de lavoura, transporte, pisoteio e carregos na própria explo-

ração ou em outras Administrações régias, bem como a terceiros. Natural portanto que, junto às referências de prisões e agulhadas, ferraduras e cravos, canelos novos ou "referrados", cangas, cabeções, canziz, arreios e outras apeiragens, surjam despesas com carros de bois e carroças de muares necessitando de renovação ou conserto do leito, rodas, aros, calços, chumacciras e muito mais, de banha e cebo para melhor duração e funcionamento do equipamento, ou despesas com "remédios/medicamentos" receitados por veterinários ou ajudantes da pecuária, se não por simples ferradores de sua arte, como "vinho e canela" a que tão frequentemente recorriam para vacas acabadas de parir...

No campo mais especificamente agrário, sementes dos cereais praganosos de sequeiro (trigo¹³, centeio, cevada, aveia), de milhos por vezes de outras



regiões

portuguesas (Viana, por ex.) para renovar as sementes, de fava, ervilha, grão-de-bico, feijão e tremoço, batata, cebolo e múltiplas sementes hortícolas, de ervilhaca, serradela, de árvores de fruta, oliveiras e espécies florestais, eram despesa necessária, bem como de ferramentas (alviões, enxadadas, foices, forquilhas, gadanhas,

machados, podoas, sachos, serras, etc.), adquiridas ou consertadas (vd. profissões supra). Nesta diversidade de despesas há lugar ainda para canas, paus e varejões; baraços, cordas, fios, linhagens, panais e outras grossarias, trapo e terriços para enxertos. Ou cestos, cântaros, alqueires, canadas e outras medidas; crivos, peneiras e tamiças; odres, pipas, toneis e depósitos de azeite "em folha branca"; velas, torcidas e chaminés de candeeiros frequentemente renovadas por o vidro se partir, "azeite de purgueira", ou de oliveira com maior acidez e mais baixa qualidade, petróleo já na 2ª metade do séc.XIX para iluminação de casas, abegoarias, oficinas e armazéns de produtos vários; impressos de contabilidade, penas de escrever, tintas...

Também as construções rurais, humanas ou para animais, requeriam obras e conservação, o que explica as numerosas despesas de areia, cal, cimento, gesso, tijolos e telhas, barrotes, varas de pinho, vidros e massa de vidraceiro, ou chapas e varões de ferro, rede zincada, tintas, betumes, ferragens várias (argolas, aldrabas, fechaduras, cadeados...) e muito mais, até aos consertos do "relógio da vacaria" em cuja frontaria se media o tempo e fez História.

Dos objectivos iniciais...

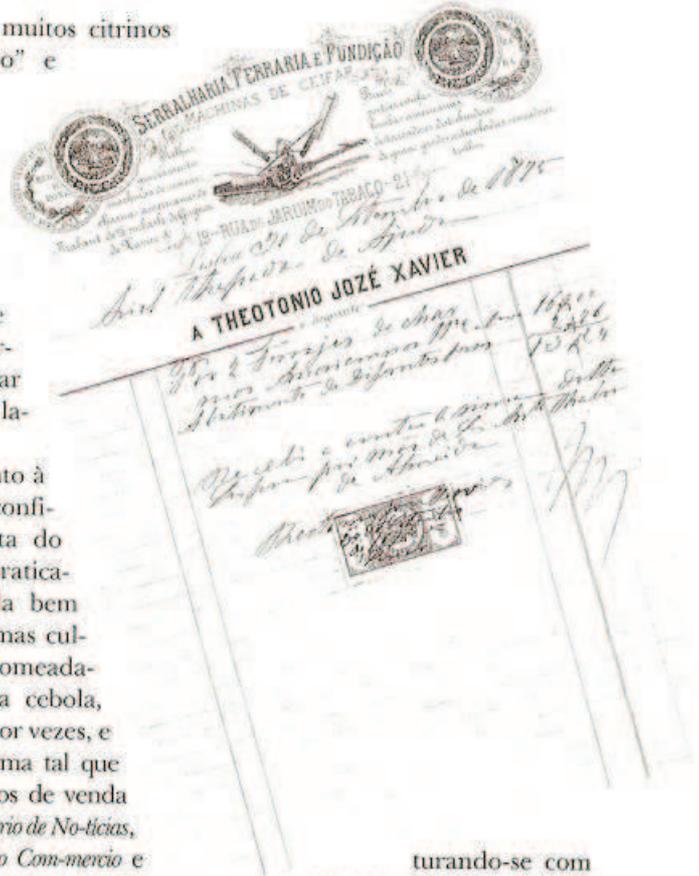
A Real Tapada d'Ajuda parecia funcionar, sobretudo no início do século XIX, como reserva de caça bravia e local de passeio, entretenimento, distração e exercício da prática de tiro e caça a coelhos bravos⁷¹, perdizes, pombos ou, episodicamente, a animais de maior porte: veados, cervas e suas crias, cuja presença ainda se recorda no início da década de 50 do século XX.

A corte deslocava-se a miude do reconstruído Paço da Ribeira às propriedades régias nas imediações de Alcântara, dentro e fora de "portas" lisboetas, onde em derredor dos paços se praticavam culturas hortofrutícolas: "ortaliga" (como por vezes se grafava), ou de "jardim" (estas, nas Necessidades), mas

sobretudo citrinos, muitos citrinos (laranjas do "ramo" e "do chão", e limões) a representarem por vezes quase 90% das receitas da Real Quinta do Calvário – bem diziam os estrangeiros que ao chegar-se ao termo de Alcântara o ar rescendia a flores de laranja...

No "Cercado", junto à Porta Real, já quase confinante com a Quinta do Calvário, ainda se praticavam, mas em escala bem mais reduzida, algumas culturas hortícolas, e nomeadamente cebola, muita cebola, milhares de résteas por vezes, e no ano 1882 por forma tal que houve de pôr anúncios de venda nos *Diário Ilustrado*, *Diário de Notícias*, *Diário Popular*, *Jornal do Comercio* e *Jornal da Noite* que importaram em 8\$100 reis, mas que permitiram vender nesse ano, através da casa Henry Burnay & C^a, 1 593 caixas de cebola em Londres pelo preço de 1 636\$715 reis, muito mais que o valor do trigo ou leite das produções anuais ao tempo, e a que se vieram juntar, em Abril de 1883, o produto líquido de outras 166 caixas de cebola enviadas para Londres no vapor Khangalla. Cultivava-se também alguma vinha e pomares promíscuos: citrinos mais frequentes e individualizados; pereiras, macieiras, etc. – anos houve em que se produziu tal quantidade de nêspera que justificou anúncios de venda no *Diário de Notícias* e n'O *Século* (por exemplo 1902: 2\$760) tendo sido arrematada a António Silva por 60\$500 reis

Mas era sobretudo um matagal bravo, muita rocha ("pedra preta" basáltica e muito calcário de que se haveriam de vender bastas carradas) aflorando nos cabeços, e algumas espécies arboreo-arbustivas mais típicas destes climas atlantomediterrânicos: carrascos, carvalhos múltiplos, milhentos zambujeiros (progenitores das oliveiras) mis-



turando-se com alcachofras e espargos bravios que haveriam de compor iguarias nas mesas dos Reais Palácios....

...às transformações e produções da Real Tapada

A passagem de um regime cinegético:

- frequentes compras de pólvora e chumbo para a caça, a traduzir-se, por exemplo, em Agosto de 1842 por "tres alugueis de hum jumento para levar a Cintra por hua vez hum Gammo, de outra 36 coelhos, de outra 15 coelhos e 1 leitão, a 600 reis cada aluguer"

a uma silyopastorícia fez disparar as vendas de:

- material lenhoso (madeira, lenha, "achas", rama de zambujeiros a enxertar e outra "rama miúda") fornecido sobretudo para os "fogos das salas do Paço das Necessidades", ou a particulares, quantas "carradas", "molhos" e "feixes" de lá saíram ...
- ou até muito mato, piorno e também alfazema, esta "de um quintal dentro da Tapada" (3 mil reis em Julho de 1836) e carvão, mui-

to carvão (quase 160 mil quilos a 25 reis, num valor vizinho de 4 milhões de reis) dos derrotos de zambujeiros...

- e mais tarde canadas de leite, natas, creme e manteiga, e crias, carne, peles e lã, de efectivos pecuários bovinos que ultrapassam as duas, três, quatro ou mesmo cinco dezenas, desde bois de sogá e de debulha a vacas leiteiras e suas crias, e de efectivos ovinos de raças "inglesas", indígenas e mestiços, a ascenderem a perto de 300 cabeças na Tapada ou suínos da raça Berkshire - quando a Corte no Verão se mudava dos reais paços lisboetas para as frescas brisas de Cintra/ Colares ou buscava em Setembro as paisagens campestres de Mafra ou as estâncias balneares de Cascaes e Mont'Estoril, o leite (as seiscentas ou setecentas canadas mensais) a acompanhava ou lá ia ter, mas, estranhamente, o preço descia dos clássicos 100 reis a canada para os 80 reis então praticados, sem ter em conta os acrescidos encargos do seu transporte e distribuição.

Ou, mais tarde ainda, com o desbravamento de novas terras e a benfeitorização pela captação, encanamento, armazenagem e distribuição de água, pela enxertia dos zambujeiros volvidos olivedos (por enxertia de João Brás nos anos 1840' e, sobretudo, por João Roza, Manoel Roza e outros, dia após dia, 257 jornadas nos meses de Maio e Junho dos anos 1895-97 e 1900-01, importando em algo mais que 150 mil reis no total) e por outras plantações, cresce o número e área das culturas arvenses ao ar livre ou sobcoberto (trigo, centeio, cevada, milho), de proteaginosas (fava e ervilha arrematadas geralmente "em verde", tremoço, grão-de-bico), de forragens (anafá, trevo encarnado, serradela, ervilhaca, etc.) a juntar à erva, aos "verdes" naturais, às palhas, aos fenos, valorizados e transformados por gados próprios e alheios, a quem possam ser dispensados (Cavaliarias Reais e outras abegoarias) por troca de estrumes ou vendidos.

Nas terras baixas irrigadas multiplicam-se as culturas hortícolas (das culturas tradicionais ao alho porro e às azedas, batata doce, chu-chus, couves várias, rabanetes, "salsa e cheiros" ou "ervas finas") ou frutícolas (alpercheiros, cidreiras e cidrões, laranjeiras e tangerineiras, nespereiras e maracujás, uvas ferral) complementando as do Calvário e das Necessidades; ensaiam-se na Tapada estrumações (para além dos estrumes das Reais Cavalariças, dos lixos da Câmara Municipal de Belém, das massas de purgueira moída das fábricas de óleo da CUF nas Fontainhas aos guanos das aves marítimas do Chile), as primeiras calagens para desenvolver a anafá (1843) e no futuro adubações (Nitrato de sódio moído a 15%, da CUF, em 1905), novas técnicas culturais e de debulha, novas espécies e raças pecuárias ou variedades botânicas, agrícolas e florestais - a própria cana de açúcar e ananases aparecem entre as receitas (ou encargos) da Tapada⁸¹ como, inclusivé, se verifica a venda de peixes, julga-se vivos, de tanques, para alegrar outros jardins, tanques e aquários...

Nos olivais sucedem-se as empretadas de varejo e apanha da azeitona que, transportada inclusivé por fragatas para a Outra Banda, haveria de regressar às talhas da Tapada e das Reais Uxarias, à mesa dos comensais e à iluminação dos palácios, casas de habitação, estábulos e abegoarias até ceder o lugar ao óleo, ao "azeite de purgueira", mais tarde a petroline e ao petróleo da Rússia e da América já então..!

Antecipando também parques ecológicos e quintas pedagógicas, a régia Administração, por intermédio do almoxarife José Pedro do Cabo, chega a contratar, para distração e divertimento dos Príncipes e seus companheiros da Corte, um "moço das vaquinhas" e mais tarde um outro "das cabrinhas" para entreter, distrair, valorizar tempos livres e pedagogicamente instruir, ensinar... Também faisões, patos e galinhas da Índia vieram alegrar cercados, tanques ou "lagos" nos jardins a partir dos anos 70 do séc.XIX.

É toda uma transformação da agricultura e vida rural, de ensino e formação profissional agrária, de mentalidades, usos, costumes, técnicas, contabilidade e gestão, que se anuncia e veio a consagrar com a futura instalação em 1917 do Instituto Superior de Agronomia na Tapada que deixara de ser "Real", para passar simplesmente a Tapada da Ajuda... ■

Notas

- [1] Alarcão-e-Silva, Maria Luísa M. M. - "Instituto Superior de Agronomia. Bodas de diamante na Tapada da Ajuda", Diário de Notícias. Domingo. Efeméride, 4 de Outubro 1992, p.8.
- [2] Veiga, Miguel, "Meu Porto", J.L., XXI (817) 23 de Janeiro a 5 de Fevereiro de 2002, p.20.
- [3] *Pena de água*: medida usada em partilhas de água, da grossura aproximada de uma pena de pato (*Dicionário da Língua Portuguesa* de Cândido de Figueiredo, Vol. II, 14ª edição, p. 636).
- [4] Entre 1895 e 1897, 2 a 10 homens por mês, 18 carvoeiros no total venceram quase 2 750 dias de trabalho ou 1 169 mil reis de jornas.
- [5] Concelho extinto por lei de 1885. 07.18.
- [6] Geralmente "durázio" ou "ribeiro (mole), excepcionalmente "anafil" (1903, p. ex.) ou o "americ Choice" (1888).
- [7] Referência, por exemplo, a 80 coelhos bravos no valor de 16\$000 em 1881, em correspondência com "Despesas miudas" de "Pólvora, chumbo, fulminantes e ao homem do furão" de 1\$850 (Set.) e 1\$985(Out.), ou recibo de aquisição de "uma espingarda de dois tiros (Mar. 82: que ficou pertencendo a esta Real Propriedade".
- [8] Recibo da Alfândega Municipal de Lisboa (Doc. N° 3 de Jan. 1854 - \$225 reis) correspondente a Guia de despacho de ananases.

*Eng.ª Agr.ª, Inv. do ISA
Depart. Agro-Ind. as e Agron. Trop.)*

Dedico este texto à memória do Colega e querido Amigo Professor Eng.º Agr.º Manuel António Falcão Bejada-Costa, falecido em 6 de Dezembro de 2002, um apaixonado cultor e defensor da Tapada da Ajuda e demais Património do Instituto Superior de Agronomia